



TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PARA O CAMPUS DE JANAÚBA – MG

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

O objeto da presente licitação compreende a contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância, nas áreas internas e externas da UFVJM no Campus de Janaúba em Minas Gerais utilizando, na execução dos serviços, mão de obra capacitada e exclusiva, na forma e condições estipuladas neste Termo de Referência e seus anexos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO
1	<p>1.1 – Campus Janaúba/MG – Avenida Manoel Bandeira, 460 – Bairro Veredas, Janaúba MG</p> <p>01 posto de vigilância armada 12 x 36 h – noturno</p> <p>a.1) 1 (um) posto de vigilância armada que adotará a seguinte escala de trabalho:</p> <p>– 12 horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turno de 12x36 horas, no horário de 18:00 às 06:00 horas</p> <p>A contratada deverá disponibilizar 01 (um) ponto de ronda eletrônico – modelo PGV 032-14 – PROXIGUARD – Sistema de monitoramento eletrônico de rondas em RFID – off line, Bateria de Lítio Mod. CR123 (duração média 1 ano), <u>similar ou superior</u>, em locais a serem definidos pela Contratante, de acordo com o estabelecido no item 05 do Termo de Referência.</p>

Para os serviços, os valores estimados foram obtidos através de planilhas de custos e formação de preços, com base nos salários normativos das categorias conforme alínea “a”, do inc. XII do art. 15 da IN/SLTI/MPOG nº 02/2008.

ATENÇÃO: O valor contratado por posto não poderá ser superior ao estabelecido na Portaria Nº30 de 02 de abril de 2014, tabela abaixo. Os valores limites estabelecidos nesta Portaria consideram apenas as condições ordinárias de contratação, não incluindo necessidades excepcionais na execução do serviço que venham a representar custos adicionais para a contratação. Existindo tais condições, estas poderão ser incluídas nos preços das propostas, de modo que o seu valor final poderá ficar superior ao valor limite estabelecido. Entretanto, descontando-se esse adicional, o valor proposto deve estar dentro do valor limite estabelecido, sob pena de desclassificação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO
JEQUITINHONHA E MUCURI

Av. Manoel Bandeira, Veredas – Janaúba – MG
IECT – Instituto de Engenharia Ciência e Tecnologia
Campus Janaúba – MG



Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA – PREÇO MENSAL DO POSTO

Limite Máximo para Contratação dos Serviços – Conforme Portaria nº 30, 02 de abril de 2014

UF	Posto 12x36 h NOTURNO
MG	R\$ 12.924,08

UF	Posto 12x36 h DIURNO
MG	R\$ 9.961,15

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A contratação de empresa para prestação de serviços de vigilantes ocorre em função dos serviços possuírem natureza continuada, imperiosos à Administração para o desempenho de suas atribuições. Salienta-se que a interrupção desta prestação de serviço poderá comprometer a continuidade das diversas atividades que ocorrem na universidade e a contratação pode estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente. Considerando a importância destes serviços e no intuito de sempre melhor atender a UFVJM/ Campus Janaúba-MG, nos locais citados no Anexo IV, torna-se necessária a contratação de empresa, uma vez que não se dispõe de recursos humanos no quadro de pessoal para realização dessas atividades.

O Campus Janaúba, faz parte do Plano de expansão da UFVJM. O Campus supracitado ainda mantém atividades de ensino, pesquisa, extensão, onde se podem encontrar salas de aulas, laboratórios, biblioteca dentre outros ambientes. Dessa maneira, as atividades de ensino, pesquisa e extensão só poderão ser desenvolvidas com a qualidade exigida para uma Instituição Federal, onde se encontra materiais, aparelhos, máquinas e veículos que deverão ser assegurados a sua guarda da ação de vândalos roubos/furtos.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Realizar-se-á a licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico tipo menor preço por item**, conforme disposições da Lei 10.520/2002, Decreto 3.555/2000, Decreto 3.693/2000, Decreto 3.784/2001, Decreto 5.450/2005, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar Lei 147/2014; Decreto 6.204/2007 e suas alterações; Instrução Normativa do MARE n.º 05/1995 e suas alterações; Instrução Normativa da STL/MPOG nº 02/2010 e suas alterações, Instrução Normativa da STL/MPOG nº 02/2008 e suas alterações (inclusive IN 06/2013), subsidiariamente, pela Lei 8.666/93 e suas alterações e demais normas aplicáveis à matéria.



3.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3 Os serviços se enquadram na classificação de serviços comuns, pois são facilmente prestados por diversas empresas do mercado, podendo ser especificados, tendo suas características de desempenho estabelecidas de forma objetiva, correspondendo às exigências expressas nos termos da Lei 10.520/2002, Decreto 3.55/2000 e Decreto 5.450/2005.

3.4 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A prestação dos serviços, fixados pela UFVJM, envolve a alocação, pela Contratada, de mão de obra capacitada para prestar os serviços, a princípio, na forma e condições a seguir discriminadas admitindo ajustes, através de termos aditivos ou apostilamentos, em função das necessidades da Instituição.

4.2. Os serviços de vigilância serão realizados de acordo com o planejamento elaborado pela Contratada e aprovado pela Instituição, durante 12 (doze) horas, nos sete dias da semana, devendo, contudo, ser obedecido o disposto na Convenção Coletiva de Trabalho **NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MG001005/2015**, quanto à jornada individual, além de salário e demais benefícios.

4.3. Caso a Contratada venha a exigir que seus empregados ultrapassem a jornada de trabalho, registrada em suas carteiras profissionais, deverá a mesma encaminhar à Pró-Reitoria, até o primeiro dia útil de cada mês, a relação dos empregados com as respectivas quantidades de horas-extras trabalhadas, cabendo, unicamente, à Contratada todos os ônus relativos às horas-extras, devendo a mesma fazer prova do pagamento/compensação à Pró-Reitoria de Administração, mensalmente.

4.4. É vedado à Contratada subcontratar, no todo ou em parte, os serviços a ela adjudicados.

4.5. É proibido à Contratada alocar empregados, na Instituição, para outras atividades que constituam desvio de função das atividades para as quais está sendo contratada.

4.6. Para efeito da contratação inicial ou no decorrer do Contrato poderão ser criadas, excluídas ou aumentadas áreas de vigilância (área interna e externa) de acordo com as conveniências da UFVJM, sendo, contudo, obedecido o disposto no art. 65 da Lei 8.666/93: havendo aumento, criação ou exclusão de áreas de vigilância, serão estas comunicados, por escrito, à Contratada, com antecedência de 05 (cinco) dias, decorrendo daí um ajuste no instrumento contratual. Tão logo seja excluído ou criado o local, a Contratada deverá comunicar à Pró-Reitoria de Administração o nome dos empregados excluídos (ou transferidos para outros locais, se for o caso) ou admitidos.



4.7. Contratada e Contratante estabelecerão instrumentos de controle, acompanhamento e avaliação dos serviços. Mecanismos de controle do quadro de funcionários alocados serão adotados pela Contratante, visando verificar se as obrigações sociais e tributárias estão sendo fielmente cumpridas.

4.8 Os serviços de vigilância deverão iniciar-se em até 05 (cinco) dias da data de assinatura do Contrato.

5. EQUIPAMENTOS, UNIFORMES E EPIs

5.1. A Contratada deverá manter à disposição dos vigilantes, equipamentos que permitam um bom desempenho de suas atividades.

5.2. Deverá ser disponibilizado, pela empresa Contratada, um cofre para acondicionamento das armas, quando não estiverem em uso, cuja chave ou segredo ficará sobre a responsabilidade de pessoa previamente autorizada pela Contratante.

5.3. A Contratada deverá instalar mecanismo de controle de ronda de vigilância que permita a leitura de um botão inteligente, o qual deve possuir um código único para possibilitar a sua identificação por um software de controle. Este código deve permitir um controle completo do percurso a ser seguido durante o processo de ronda. Este software será disponibilizado em computadores indicados e fornecidos pela contratada.

5.4. A contratada deverá disponibilizar um telefone móvel (com chip) com plano controle no valor mínimo oferecido pela prestadora do serviço, por mês. O número do telefone deverá ser fornecido à contratante para eventuais necessidades de comunicação. O valor que ultrapassar o limite do plano deverá ser arcado pela empresa contratada.

5.5. Todos os equipamentos e utensílios de propriedade da Contratada devem ser identificados de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da UFVJM.

5.6. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, conforme a descrito no Anexo III, sem qualquer repasse do custo para o empregado, obedecido o disposto no respectivo acordo, convenção ou dissídio de trabalho da categoria:

5.6.1 02 (dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 02 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

5.6.2 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.7. Os uniformes e equipamentos de proteção individual deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.



5.8. Os equipamentos de proteção individual deverão obrigatoriamente ser fornecidos aos empregados, antes do início das atividades para quais os mesmos sejam necessários, sob pena de considerar infração grave ao contrato.

5.9. Os equipamentos e quantitativos listados no Anexo III são apenas estimados e minimamente obrigatórios, devendo o proponente considerar eventuais necessidades adicionais, as quais serão exigidas.

5.10. Todos os equipamentos e utensílios de propriedade da Contratada devem ser mantidos em perfeita condição de uso, efetuando as manutenções necessárias.

6. CARACTERÍSTICAS E OBRIGAÇÕES DO PESSOAL

6.1. Os empregados da Contratada deverão, em até 10 (dez) dias do início dos serviços, inteirar-se das normas de funcionamento da Instituição na qual prestará serviços, quais sejam: horários de funcionamento da Instituição, horários das atividades normais e especiais, dentro e fora do expediente.

6.2. Não será permitido aos empregados da Contratada utilizar computadores ou outros equipamentos de propriedade da UFVJM, com exceção do vigilante responsável para atendimento de necessidades administrativas.

6.3. Os empregados da Contratada deverão zelar pela boa conservação do patrimônio da Contratante.

6.4. Fica proibido o uso de televisores e assemelhados.

6.5. Não será permitido aos vigilantes motorizados, que os mesmos façam transporte de pessoas, animais ou objetos.

6.6 As descrições dos serviços a serem executados constam do Anexo II.

7. VISTORIA

7.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante *poderá* realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, *de segunda a sexta-feira*, das 08:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (38) 8825-6098

7.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.3 Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

8. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deverá de imediato inteirar-se das normas de funcionamento da Instituição, quais sejam: horários de funcionamento, horários das atividades normais e especiais, dentro e fora do expediente, instruindo seus empregados quanto à necessidade de acatar estas normas.



8.2. A Contratada deverá implantar, imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, a mão de obra nos respectivos Postos relacionados Anexo IV – Tabela de Locais e nos horários fixados na escala de serviço elaborada pela Administração, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o Posto conforme o estabelecido.

8.3. A Contratada obriga-se a:

I – comprovar a formação técnica específica da mão de obra oferecida, através de Certificado de Curso de Formação de Vigilantes, expedidos por Instituições devidamente habilitadas e reconhecidas;

II – implantar, imediatamente, após o recebimento da autorização de início dos serviços, a mão de obra nos respectivos Postos relacionados no Anexo IV – Tabela de Locais e nos horários fixados na escala de serviço elaborada pela Administração, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o Posto conforme o estabelecido;

III – além do fornecimento da mão de obra, deverá fornecer uniformes e seus complementos, conforme a seguir descrito, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho. A Contratada não poderá repassar os custos de qualquer um destes itens de uniforme e equipamentos a seus empregados. Fornecer também os equipamentos discriminados no item 5 deste termo de referência.

IV – prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas pela Contratante;

V – responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, fornecendo mão de obra qualificada, necessária e indispensável a sua perfeita execução;

VI – cumprir rigorosamente a Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (dissídio, acordo ou termo aditivo), quanto a salários, benefícios, encargos, prazos para pagamento de pessoal.

VII – manter rigorosamente em dia as despesas com pessoal e os respectivos encargos sociais, trabalhistas, fazendo prova mensal de tais obrigações à Instituição.

VIII – cumprir rigorosamente, na área de Medicina e Segurança do Trabalho, as determinações da Lei nº 6.514, de 22/12/77; Portaria nº 3.214 do MTb/GM, de 08/06/78 e sua NR's – Normas Regulamentadoras;

IX – assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, quando em serviço, por meio dos responsáveis nomeados;

X – responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela UFVJM;

XI – implementar, na forma definida, o planejamento dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando as tarefas de forma meticulosa e constante,



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO
JEQUITINHONHA E MUCURI**

**Av. Manoel Bandeira, Veredas – Janaúba – MG
IECT – Instituto de Engenharia Ciência e Tecnologia
Campus Janaúba – MG**



mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências sujeitas aos serviços objeto deste Contrato;

XII – prever toda a mão de obra necessária à operacionalização dos serviços, nos regimes contratados, obedecendo as disposições da legislação vigente;

XIII – alocar, imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, a mão de obra nos respectivos postos de trabalho, informando, em tempo hábil, à Pró-Reitoria de Administração, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades estabelecidas;

XIV – selecionar e preparar rigorosamente os empregados que prestarão os serviços, apresentando, em até 10 (dez) dias úteis do início dos serviços, à Pró-Reitoria de Administração, o nome de todos os funcionários acompanhado de Certidão de Inexistência de Antecedentes Cíveis e Criminais e demais referências, de cada um deles, tendo funções profissionais legalmente registradas, conforme legislação vigente;

XV – manter, nos locais de trabalho, somente empregados que tenham a idade permitida por Lei para exercício da atividade e que gozem de boa saúde física e mental e de conduta irrepreensível;

XVI – manter disciplina nos locais dos serviços, retirando, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após notificação, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplinada Instituição ou ao interesse do Serviço Público;

XVII – manter em local que permita fácil acesso à Instituição, durante os turnos de trabalho, elementos capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

XVIII – fornecer e manter seu pessoal uniformizado, considerando o clima da região, identificando-os através de crachás, provendo-os de equipamentos necessários, conforme descrição constante em sua proposta e o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho e aquelas exigidas pela UFVJM;

XIX – exigir que seus empregados assumam diariamente seus locais de trabalho portando crachá, devidamente uniformizados e com aparência pessoal adequada;

XX – nomear e formalizar à UFVJM o nome do responsável pelos serviços com a missão de garantir o bom andamento das tarefas, permanecendo, preferencialmente, no local do trabalho, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Este responsável terá a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços da UFVJM, bem como tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;

XXI – realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes, conforme IN 01 de 19/01/2010;

XXII – prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de Junho de 1999;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO
JEQUITINHONHA E MUCURI**

**Av. Manoel Bandeira, Veredas – Janaúba – MG
IECT – Instituto de Engenharia Ciência e Tecnologia
Campus Janaúba – MG**



XXIII – efetuar a reposição da mão de obra nos Postos, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);

XXIV – afixar na Instituição quadro de horário de trabalho, constando o nome dos empregados, cargo e jornada de trabalho de cada um deles;

XXV – registrar e controlar diariamente a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, mantendo o efetivo de pessoal nos casos de folgas, férias, licenças para tratamento de saúde ou de afastamento de qualquer de seus empregados, sem ônus adicional para a Instituição, efetuando a reposição da mão de obra, em caráter imediato, de forma a garantir a produtividade acordada, obedecendo as disposições da legislação trabalhista vigente. Não será possível o envio de trabalhadores tipo “diaristas”, sem vínculo empregatício com a Contratada, para a execução dos serviços;

XXVI – informar, de imediato, à Pró-Reitoria de Administração, na hipótese de substituição de qualquer empregado, o nome do substituto e do substituído;

XXVII – comunicar por escrito à Pró-Reitoria de Administração, através de seu responsável, as ocorrências verificadas, recebendo as orientações necessárias desta Pró-Reitoria. Todas as ocorrências e a frequência dos empregados serão anotadas em formulário específico, existente para tal finalidade;

XXVIII – instruir os empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da UFVJM;

XXIX – manter todos os equipamentos necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da constatação feita pelos empregados, do defeito/problemas apurados, após a devida notificação. Não permitir que o trabalho realizado sofra descontinuidade de funcionamento por falta ou dano de equipamentos que estejam sob sua responsabilidade.

XXX – fornecer as armas, munição e respectivos acessórios ao vigilante no momento da implantação dos Postos;

XXXI – oferecer munição de procedência de fabricante, não sendo permitido em hipótese alguma, o uso de munições recarregadas;

XXXII – a arma deverá ser utilizada somente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salvaguarda do patrimônio da Administração, depois de esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema.

XXXIII – identificar todos os equipamentos e utensílios de sua propriedade, inclusive as armas, devendo apresentar à Administração a relação das mesmas e as cópias autenticadas dos respectivos “Registro de Arma” e “Porte de Arma”, que poderão ou não, ser utilizados, conforme determinação da Contratante.

XXXIV – os prepostos da Contratada deverão, obrigatoriamente, inspecionar os Postos e proceder à limpeza das armas, quando não houver pessoa autorizada, a cada três meses, em dias e períodos (noturno 19h/23h) alternados.

XXXV – entregar aos funcionários admitidos, cartão de assistência médica e apólice de seguro contratado, conforme determinação da Convenção Coletiva de trabalho.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO
JEQUITINHONHA E MUCURI**

**Av. Manoel Bandeira, Veredas – Janaúba – MG
IECT – Instituto de Engenharia Ciência e Tecnologia
Campus Janaúba – MG**



Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

XXXVI – manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo procedimento licitatório.

XXXVII – atender prontamente a quaisquer exigências e/ou solicitações da fiscalização inerentes ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para a Contratante, não implicando a atividade de fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade.

XXXVIII - assumir a responsabilidade pelo pagamento dos salários, encargos sociais, fiscais, comerciais, trabalhistas e previdenciários, bem como pelos encargos previstos na legislação em vigor, inclusive referente ao pagamento do seguro contra acidentes de trabalho, obrigando-se a saldá-los na época devida, encaminhando comprovante de pagamento ao servidor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo a ser estabelecido em contrato. Os salários dos profissionais, bem como os demais benefícios, não poderão ser inferiores aos estabelecidos em Convenção Coletiva de Trabalho, Dissídio ou Acordo do sindicato ao qual a CONTRATADA ou os profissionais estejam vinculados.

XL - responsabilizar-se pelos danos ou prejuízos causados a UFVJM ou a terceiro decorrente de culpa, dolo, imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito de seus empregados às normas de conduta e segurança, quando da execução dos trabalhos, cuja despesa poderá ser descontada das faturas seguintes da empresa, ou ajuizada a dívida, se for o caso, sem prejuízo das demais sanções legais.

XLI - facilitar o pleno exercício das funções do Fiscal do Contrato, atendendo às suas solicitações e fornecendo, a qualquer momento, todas as informações de interesse do Contratante, por ele julgadas necessárias, pertinentes ao objeto do Contrato.

XLII - efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento. Como comprovantes de pagamento de salários, compreende-se a apresentação do comprovante de depósito na conta do empregado, acompanhado da listagem analítica da folha de pagamento ou cópia do contracheque devidamente assinado.

XLIII - responsabilizar-se pela capacitação, treinamento e formação dos funcionários, necessários à perfeita execução dos serviços, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, inclusive quanto ao uso de EPI e prevenção de incêndio nas áreas de atuação;

XLIV - adotar, no caso de ação trabalhista envolvendo os serviços prestados, todas as providências necessárias no sentido de preservar a Contratante, e mantê-la a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO
JEQUITINHONHA E MUCURI**

**Av. Manoel Bandeira, Veredas – Janaúba – MG
IECT – Instituto de Engenharia Ciência e Tecnologia
Campus Janaúba – MG**



Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

XLV - cumprir as obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho e as demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato;

XLVI - apresentar, no caso de rescisão contratual, o pagamento das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

XLII - autorizar a Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

XLIII - apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão.

XLIX - não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente.

L - atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.

LI - instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

LII - instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

LIII - viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

LIV - viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO
JEQUITINHONHA E MUCURI**

**Av. Manoel Bandeira, Veredas – Janaúba – MG
IECT – Instituto de Engenharia Ciência e Tecnologia
Campus Janaúba – MG**



LV -oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

LVI - deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico, adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

LVII - relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

LVIII - fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

LIX - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

LX - não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

LXI - comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

LXII - arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

LXIII - Sujeitar-se à retenção da garantia prestada e dos valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços, por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, podendo a Administração Contratante utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos do art. 35, parágrafo único da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 02/2008.

8.4. A contratada deverá remunerar a intrajornada a seus funcionários, conforme parágrafo oitavo, cláusula trigésima segunda da CCT, uma vez que, devido a distância do



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO
JEQUITINHONHA E MUCURI**

**Av. Manoel Bandeira, Veredas – Janaúba – MG
IECT – Instituto de Engenharia Ciência e Tecnologia
Campus Janaúba – MG**



posto de trabalho, a concessão do intervalo para repouso/alimentação torna-se impossível dentro do prazo estabelecido em convenção.

8.5. A Contratada será responsabilizada por danos causados ao patrimônio da Instituição ou terceiros, decorrentes de negligência ou inadequação dos serviços, e, ainda, pelo descuido com chaves, portas, janelas que decorram em prejuízo a esse patrimônio;

8.6. A Contratada deverá comunicar, por escrito, à Pró-Reitoria de Administração, qualquer dano ou avaria a bens da Instituição, porventura ocasionados por seus empregados e/ou pelo descuido com chaves, portas e janelas, para a devida avaliação, ficando obrigada ao ressarcimento dos prejuízos causados;

8.7. Acaso seja necessário e a critério da Contratante poderá ser solicitada a execução dos serviços em local, dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, desde que comunicado previamente ao Preposto, podendo, nesse, caso haver a cobrança dos valores referentes às horas prestadas extraordinariamente;

8.8. Os ressarcimentos devidos pela Contratada serão efetuados após comunicações da UFVJM e debitados no faturamento mensal.

9. OBRIGAÇÕES E DIREITOS DA CONTRATANTE

9.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

9.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, na forma prevista na Lei 8.666/93 e IN/SLTI/MPOG nº 02/2008 e alterações, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

9.4 Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

9.5 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.6 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008.

9.7 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

- a) exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;



- b) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- c) promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- d) considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

9.8 Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato, nos termos do art. 34, §5º, d, I e §8º da IN SLTI/MPOG n. 02/2008.

9.9 Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir com suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas, disponibilizando o local e os meios materiais para a execução dos serviços.

9.10 Substituir seu representante, caso esteja obstruindo a realização do contrato, ou colocando em risco o patrimônio institucional ou material de uma ou ambas as partes, quando solicitado de forma fundamentada pela contratada, no prazo máximo de vinte e quatro horas, desde que assegurada à reciprocidade.

9.11. A Instituição deverá designar sala para guarda dos equipamentos, assim como disponibilizar local para que os vigilantes troquem de roupa, antes e após a jornada de trabalho.

9.12. Analisar e aprovar o planejamento dos serviços elaborados pela Contratada.

9.13 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos da proposta vencedora.

9.14. Para efeito da contratação inicial ou no decorrer do Contrato poderão ser criadas, excluídas ou aumentadas áreas de vigilância (área interna e externa) de acordo com as conveniências da UFVJM, sendo, contudo, obedecido o disposto no art. 65 da Lei 8.666/93.

9.15. A Contratante reserva-se o direito de estabelecer os controles necessários ao acompanhamento, fiscalização e aferição da prestação dos serviços, bem como promover alterações nas execuções das tarefas, cabendo à Contratada cumprir as determinações da Contratante.

10. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1 Para habilitação na licitação exigir-se-á dos interessados documentação relativa a:

- a) Habilitação Jurídica;
- b) Qualificação econômico-financeira;
- c) Regularidade fiscal e trabalhista;



- d) Qualificação técnica e
- e) Documentação complementar.

10.2 Documentos relativos à habilitação jurídica – art. 28 – Lei 8.666/93:

- a) Cédula de identidade, no caso de licitante pessoa física;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.3 Documentos relativos à qualificação econômico-financeira – art. 31 – Lei 8.666/93 – Acórdão TCU 1.214/2013 – Plenário:

- a) Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- c) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.
- d) A comprovação exigida no item anterior deverá ser feita da seguinte forma:
 - I. No caso de empresa com tributação em lucro real, SPED fiscal e ECD, conforme Instrução Normativa da Receita Federal 1420, de 19/12/2013;
 - II. No caso de empresas de responsabilidade limitada, cópia autenticada das páginas do Livro Diário, contendo Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Termo de Encerramento, com o respectivo registro na Junta Comercial e, no caso de sociedades simples (cooperativas), no cartório competente.
 - III. Art. 31, inciso I, §1º, Acórdão TCU 1.214/2013 – Plenário: O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, atestando a boa situação financeira:

LG= Liquidez Geral – superior a 1

SG= Solvência Geral – superior a 1

LC= Liquidez Corrente – superior a 1

Sendo,

$LG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$

$SG = AT / (PC + PNC)$



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO
JEQUITINHONHA E MUCURI**

**Av. Manoel Bandeira, Veredas – Janaúba – MG
IECT – Instituto de Engenharia Ciência e Tecnologia
Campus Janaúba – MG**



$$LC = AC / PC$$

Onde:

AC= Ativo Circulante

RLP= Realizável a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante

PNC= Passivo não Circulante

AT= Ativo Total

e) Art. 31, inciso I, § 1º, Acórdão TCU 1.214/2013 – Plenário: Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.

f) Art. 31, § 2º e 3º, Acórdão TCU 1.214/2013: Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio de apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.

g) Art. 31, § 4º, Acórdão TCU 1.214/2013: Declaração, acompanhada da relação de compromissos assumidos de que 1/12 dos contratos firmados com a iniciativa privada e/ou com a Administração Pública, vigentes na data da apresentação das propostas não é superior ao patrimônio líquido do licitante. Fórmula de cálculo:

$$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido} \times 12}{\text{Valor Total dos Contratos}} > 1$$

Valor Total dos Contratos

Obs: esse resultado deverá ser superior a 1.

A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, relativa ao último exercício social.

Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discrimina na DRE apresentada seja superior a 10% (dez por cento) para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativa, conforme modelo constante do Anexo IV-B.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor Total dos Contratos}) \times 100}{\text{Valor da Receita Bruta}} =$$

Valor da Receita Bruta

Se as justificativas não forem entregues concomitantemente à documentação, o Pregoeiro fixará prazo para a sua apresentação.

O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.



10.4 Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista – art. 29 – Lei 8.666/93:

- a) Prova de inscrição do licitante no Cadastro Nacional de pessoa jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade perante:
 - I. A Fazenda Federal, mediante certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à dívida ativa da União, por elas administrados;
 - II. As Fazendas Estadual e Municipal, ambas do domicílio ou sede do licitante.
- d) Certidão específica, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, quanto às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/91, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive inscritas em dívida ativa do Instituto Nacional do Seguro Social e da União, por ela administradas;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas.

Quando o contrato for executado por filial da empresa, o licitante deverá comprovar a regularidade fiscal e trabalhista da matriz e da filial.

10.5. Documentos relativos à Qualificação Técnica – art. 30 – Lei 8.666/93:

- a) art. 30, inciso II, capacitação técnico operacional, Acórdão TCU 1.214/2013 – Plenário: Deverá ser apresentado um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, demonstrando que a licitante administra ou administrou serviços terceirizados, com no mínimo, 20 empregados (para cada item), conforme preceitua o § 7º do art. 19 da IN 002/2008 – SLTI/MPOG).

Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.

O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados, no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de Pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.

Os atestados e/ou declarações deverão ser acompanhados das cópias dos respectivos contratos.

- b) art. 30, inciso II, capacitação técnico operacional, Acórdão TCU 1.214/2013 – Plenário: Deverá ser comprovada experiência mínima de 3 (três) anos na prestação



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO
JEQUITINHONHA E MUCURI**

**Av. Manoel Bandeira, Veredas – Janaúba – MG
IECT – Instituto de Engenharia Ciência e Tecnologia
Campus Janaúba – MG**



de serviços terceirizados, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura deste Pregão.

Os períodos concomitantes serão computados uma única vez.

Para a comprovação de tempo de experiência, deverão ser apresentadas cópias dos respectivos contratos.

Serão aceitos somatórios de atestados desde que não se refiram a períodos concomitantes.

c) art. 30, § 6º: Deverá ser apresentada declaração de que têm disponibilidade de equipamentos, veículos, pessoal técnico especializado e outros considerados essenciais para o cumprimento do objeto do presente Pregão.

Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

A licitante deverá apresentar documento extraído da Base de Dados do Sistema CNPJ da Receita Federal do Brasil discriminando o Código CNAE ou cópia autenticada do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, para fins de verificação da pertinência da atividade da licitante com o objeto do edital.

d) Indicação do responsável técnico com a comprovação do vínculo empregatício com a licitante que poderá ser efetuada por intermédio do Contrato Social, se sócio, ou cópia da Carteira de Trabalho ou do Contrato de Prestação de serviço;

e) Declaração do Responsável pela empresa de que têm disponibilidade de equipamentos, veículos, pessoal técnico especializado e outros considerados essenciais para o cumprimento do objeto do presente Pregão.

f) Autorização de funcionamento para atuar como prestadora de serviços de vigilância no âmbito do estado de Minas Gerais, nos termos da Lei nº 7.102/83, regulamentada pelo decreto nº 89.056/83 e pela Portaria DPF/MJ nº 992/95, acompanhado da respectiva revisão, em plena validade, e o Certificado de Segurança emitido pelo DPF. As empresas constituídas a menos de 01 (um) ano ficam dispensadas da apresentação da revisão;

g) Declaração, emitida pelo COSEG/PC/MG da Secretaria de Segurança Pública, de regularidade de situação de cadastramento, em nome do licitante e em plena validade conforme estabelece o art. 38 do Decreto nº 89.056, de 24/11/1983;

h) Declaração fornecida por empresa de formação e reciclagem de vigilantes, devidamente autorizada pelo órgão competente do Departamento de Polícia Federal de que vem reciclando seus vigilantes, conforme determina o art. 16 da Lei 7.102, de 20/06/83 e Portaria 992/DPF/MJ de 25/10/95;



- i) Declaração, sob as penalidades cabíveis, que, no início da vigência contratual, disporá do quantitativo de armas suficientes para o cumprimento da execução do contrato, sendo exigida, antes da implementação dos serviços, a comprovação, mediante a apresentação dos registros do armamento;
- j) Cópia dos acordos ou convenções coletivas que regem a categoria profissional.

11. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1 A execução dos serviços será iniciada em *até 05 (cinco) dias da data de assinatura do Contrato*, e terá vigência de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura, podendo ainda ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, num limite de sessenta meses conforme inciso II do art. 57, da Lei 8.666/93, desde que mantidas as condições de vantajosidade.

12. GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

12.1. Será exigida da licitante vencedora prestação de garantia para cumprimento do contrato, a ser apresentada na data da assinatura do instrumento contratual, em favor da UFVJM, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado, numa das modalidades previstas no parágrafo primeiro, do artigo 56, da Lei nº 8.666/93.

12.2. A garantia apresentada na modalidade Seguro-Garantia ou Fiança Bancária deverá ser acompanhada por documentos que atestem o poder de representação do signatário da apólice ou carta-fiança;

12.3. A garantia de execução contratual deverá ter validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual devendo ser renovada e/ou complementada a cada prorrogação efetivada no contrato, conforme disposto no inc. XIX, art.19 da IN/SLTI/MPOG nº02/2008.

12.4. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente pela Contratante, em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a Contratada deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 10 (dez) dias contados da data em que for notificada pela Contratante, mediante ofício entregue contra recebido, assim como providenciar a complementação em caso de reajuste do valor do contrato.

12.5. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração, conforme estabelecido no art. 19-A, inciso IV da IN/SLTI/MPOG nº02/2008.

13. SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.



14. CONTA GARANTIA

14.1. A UFVJM procederá ao provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo VII da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008 – VIDE CONSIDERAÇÕES NO ITEM 14.3, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas §1º, do art. 19-A, da referida norma.

14.2. O montante dos depósitos da conta garantia será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

- a) 13º (décimo terceiro) salário;
- b) Férias e um terço constitucional de férias;
- c) Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- d) Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário, em conformidade com o grau de risco de acidente de trabalho e as alíquotas de contribuição previstas no art. 22, inciso II, da Lei no 8.212, de 1991 (Item 12 do Anexo VII da IN SLTI/MPOG n. 02/2008).

14.3. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo não serão aqueles indicados no Anexo VII da IN SLTI/MPOG n. 2/2008, uma vez que, a IN considera para a memória de cálculo de férias e um terço constitucional o prazo de 60 (sessenta) meses para contratação de serviços. No termo de referência é considerado o prazo de 12 (doze) meses, sendo assim os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo para os encargos sociais seguem o mesmo critério, conforme anexo VII do termo de referência.

14.4. O saldo da conta garantia será remunerado pelo índice definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira.

14.5. Os valores referentes às provisões que sejam retidos por meio da conta garantia, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

14.6. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta garantia, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

14.7. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta garantia para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos no subitem 14.2.

14.8. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.



14.9. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

14.10. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

14.11. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

15. FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

15.1. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a UFVJM reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

- a) ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da Contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização;
- b) examinar as Carteiras Profissionais ou outro instrumento legal dos empregados alocados a seu serviço, para comprovar o vínculo profissional;

15.2. A fiscalização UFVJM terá livre acesso aos locais de trabalho da mão de obra contratada;

15.3. A UFVJM não permitirá que a mão de obra execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas;

15.4. A Pró Reitoria de Administração acompanhará e fiscalizará os serviços da Contratada, visando o fiel cumprimento das cláusulas contratuais, através de responsável indicado na forma do Art. 67 da Lei 8.666/93, o qual, em nome da Instituição, poderá adotar as medidas necessárias para tal finalidade, cabendo-lhe:

- a) solicitar à Contratada e seus prepostos, ou obter da UFVJM, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- b) documentar as ocorrências havidas em formulários de ocorrências, firmado com o preposto da Contratada;
- c) fiscalizar o cumprimento dos encargos sociais e obrigações trabalhistas pela Contratada, no que se refere à execução do Contrato;
- d) anotar e assinar as visitas de fiscalização;
- e) o responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços na Instituição poderá determinar que a Contratada estabeleça controles que julgarem necessários e reservará local para fixação do quadro de horário de trabalho dos seus



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO
JEQUITINHONHA E MUCURI**

**Av. Manoel Bandeira, Veredas – Janaúba – MG
IENT – Instituto de Engenharia Ciência e Tecnologia
Campus Janaúba – MG**



empregados, cabendo à Pró-Reitoria de Administração o acompanhamento e fiscalização geral;

f) emitir pareceres em todos os atos da UFVJM relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções e alterações do contrato.

15.5. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

- a) os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- b) os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- c) a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- d) a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- e) o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
- f) a satisfação do público usuário.

15.6 – O fiscal ou gestor do contrato ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7 – A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.8 – O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.9 – Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada, exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

I - no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas:

- a) a prova de regularidade para com a Seguridade Social, conforme dispõe o art. 195, § 3º da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009).
- b) recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior, caso a Administração não esteja realizando os depósitos diretamente, conforme estabelecido no instrumento



convocatório; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009).

- c) pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior;
- d) fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação quando cabível;
- e) pagamento do 13º salário;
- f) concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;
- g) realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;
- h) documentos comprobatórios de admissão e demissão dos funcionários quando da ocorrência dos fatos;
- i) eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009);
- j) comprovação do encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: a RAIS e a CAGED; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009);
- k) cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e
- l) cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.

15.10 – O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado deverá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, sendo vedada a retenção de pagamento se o contratado não incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento. (Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)

15.11 – Administração poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação. (Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009).

16. PAGAMENTO

16.1 A UFVJM só efetuará pagamentos mediante apresentação, pela CONTRATADA, da Nota Fiscal/Fatura acompanhada da documentação exigida para sua liberação, conforme Anexo I do Contrato.

16.1.1 – O FISCAL analisará a documentação, no prazo de 10 (dez) dias úteis do seu recebimento, procedendo com o ateste dos serviços;

16.1.2 – Em caso de irregularidades, o prazo supracitado será contado a partir da data de reapresentação da documentação devidamente regularizada, sendo o pagamento efetuado, neste caso, sem alteração de valor;



16.1.3 – O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará no pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

16.1.4 – O prazo para pagamento será de 10 (dez) dias úteis contados a partir do ateste da fiscalização na Nota Fiscal/Fatura;

16.1.5 – Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

16.1.6. – Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa;

16.1.7. Os ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, caso não ocorra espontaneamente motivados pelas ocorrências devidamente apuradas e comprovadas, respeitando-se o direito de defesa da CONTRATADA, serão automaticamente debitados no faturamento mensal, independente de notificação.

16.2 – O FISCAL verificará, ainda, o cadastro da CONTRATADA no SICAF, devendo este estar regular durante toda a vigência contratual.

a) Constatada a situação de irregularidade junto ao SICAF, a CONTRATADA será advertida, por escrito, para que no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação junto ao seu órgão cadastrador, ou no mesmo prazo apresente sua defesa, sob pena de rescisão do contrato;

b) O prazo descrito na alínea anterior poderá ser prorrogado a critério da CONTRATADA;



c) Caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF, ou apresente defesa no prazo descrito na alínea "a", será providenciada a abertura de processo administrativo visando a aplicação das penalidades cabíveis.

17. PENALIDADES

17.1. A Contratada se sujeita às penalidades a seguir descritas.

Aplicação, pela Contratante, das sanções constantes nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, de 21/06/93, pela inobservância das condições estabelecidas para o serviço ora contratado, a saber:

I – advertência;

II – suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo período de até 05 (cinco) anos. A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado do SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e demais cominações legais, conforme disposto no art. 28 do decreto 5.450/2005.

III – multa de 10% (dez por cento) do valor total estimado para contratação, pela não assinatura do contrato dentro do estabelecido pela Contratante ou pela não prestação do serviço;

IV – a apuração mensal do descumprimento do contrato, (inclusive quanto às Normas de Segurança e Medicina do Trabalho) implicará na aplicação de multa de 2,5%, quando houver até três irregularidades no mês; multa de 5%, quando houver de quatro a seis irregularidades no mês; multa de 7,5% quando houver mais de seis irregularidades no mês, a ser aplicada sobre o valor do serviço executado no mês de apuração da irregularidade, a qual será descontada do valor relativo ao próximo pagamento a ser efetuado;

V – declaração de idoneidade para licitar com a Administração Pública, sanção esta de competência exclusiva do Ministro de Estado, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

17.2. As sanções previstas nos incisos II e V poderão ser aplicadas, também, nas hipóteses previstas no art. 88 da Lei 8.666/93.

17.3. Previamente à aplicação das penalidades mencionadas nos incisos I a V do parágrafo anterior desta cláusula, a Contratada será notificada por escrito, garantindo-se-lhe ampla defesa.

17.4. A aplicação de uma das penalidades previstas não exclui a possibilidade de aplicação das outras.



18. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

18.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

19. ANEXO

Constituem parte integrante deste Termo de Referência:

Anexo I – Plano de Trabalho;

Anexo II – Discriminação das tarefas a serem realizadas;

Anexo III – Relação exemplificativa de equipamentos, uniformes e EPIs;

Anexo IV – Discriminação das áreas e tabela de locais;

Anexo V – Informações relevantes para o dimensionamento da proposta;

Anexo VI – Planilha de custo e formação de preço, por homem/área; planilha custo mensal.

Anexo VII – Orientações Conta Garantia.

Janaúba, 08 de outubro de 2015.

Renata de Oliveira Gama
Diretora do IECT – Campus Janaúba



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO
JEQUITINHONHA E MUCURI**

**Av. Manoel Bandeira, Veredas – Janaúba – MG
IENT – Instituto de Engenharia Ciência e Tecnologia
Campus Janaúba – MG**



Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO

Atendendo os termos do artigo 2º, do Decreto 2.271 de 7/7/97, dos subitens 1.1.2, 2.1 e da Instrução Normativa nº 02/08, de 30/04/2009, a Pró-Reitoria de Administração/UFVJM apresenta, a seguir, o Plano de Trabalho destinado à contratação de empresa(s) para execução dos serviços de vigilância armada noturna (áreas internas e externas) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Campus Janaúba, através de Licitação Pública a ser instaurada nos termos da Lei 10.520/2002 e demais legislações aplicáveis.

A NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A UFVJM não dispõe de profissionais para execução dos serviços de vigilância no Campus de Janaúba. Desta forma, considerando que vigilância é imprescindível para a segurança do local, justifica-se a necessidade de que tal serviço venha a ser contratado.

**RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A
QUANTIDADE DE SERVIÇOS A SER CONTRATADO**

Buscando a segurança do espaço e considerando a real demanda destes serviços, a UFVJM realizou o levantamento da área do Campus provisório de Janaúba.

Foi estipulado o número de 01 (um) posto noturno no Campus de Janaúba.

Será 01 (um) posto de vigilância armada que adotará a seguinte escala de trabalho:

I – 12 horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes armados (por posto) em turnos de 12x36 horas no horário de 06:00 às 18:00 horas.

Contratada e Contratante estabelecerão instrumentos de controle, acompanhamento e avaliação dos serviços. Serão adotados pela Contratante mecanismos de controle do quadro de funcionários alocados, visando verificar se as obrigações sociais e tributárias estão sendo fielmente cumpridas.

A contratação será exclusiva para serviços de vigilância.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO
JEQUITINHONHA E MUCURI**

**Av. Manoel Bandeira, Veredas – Janaúba – MG
IENT – Instituto de Engenharia Ciência e Tecnologia
Campus Janaúba – MG**



RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

A UFVJM espera atingir maior segurança, coibindo assim quaisquer atos que possam causar danos ao patrimônio público e o melhor aproveitamento de recursos financeiros disponíveis, elevando assim a qualidade dos serviços.

Janaúba, 08 de outubro de 2015.

Gilciano Saraiva Nogueira
Reitor da UFVJM



ANEXO II

DESCRIÇÃO DAS TAREFAS A SEREM REALIZADAS

DESCRIÇÃO DAS TAREFAS A SEREM REALIZADAS PELO VIGILANTE:

- 01 – Comunicar imediatamente à Pró-Reitoria de Administração, bem como ao responsável pelos Vigilantes, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- 02 – manter afixado no Posto em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades;
- 03 – observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da UFVJM, bem como as que entender oportunas;
- 04 – permitir o ingresso na Instituição somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;
- 05 – fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações de acordo com orientações determinadas pela Contratante;
- 06 – repassar para os vigilantes que estão assumindo o Posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada na Instituição e suas imediações;
- 07 – iniciar as atividades efetuando a leitura do livro de ocorrências, para tomar conhecimento dos eventos registrados no plantão anterior;
- 08 – comunicar à área de segurança da UFVJM, todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o patrimônio da Instituição;
- 09 – colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Instituição, facilitando, o melhor possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
- 10 – proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Administração;
- 11 – proibir a aglomeração de pessoas junto ao Posto, comunicando o fato ao responsável pelos vigilantes e à Pró-Reitoria de Administração, no caso de desobediência;
- 12 – proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao Posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos servidores e da Instituição;
- 13 – proibir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;
- 14 – executar as rondas diárias conforme a orientação recebida da Instituição verificando as dependências da Instituição, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;
- 15 – zelar pela guarda do patrimônio e exercer a vigilância da Instituição, percorrendo-a sistematicamente e inspecionando suas dependências para evitar incêndios, roubos, entradas de pessoas estranhas e outras anormalidades;



- 16 – assumir diariamente o Posto, devidamente uniformizado, barbeado, cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada;
- 17 – manter-se nos Postos, não devendo se afastar de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- 18 – registrar e controlar, diariamente, a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências do Posto em que estiver prestando seus serviços;
- 19 – a programação dos serviços será feita pela Contratada e aprovada pela UFVJM e deverão ser cumpridas com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral;
- 20 – zelar pela ordem, segurança, organização da área sob sua responsabilidade;
- 21 – ao vigilante fica autorizado ao afastamento do posto de trabalho, para abastecimento da moto, uma vez que os postos de combustíveis situam-se em locais distantes do Campus II;
- 22 – executar outras tarefas que venham a ser determinadas pela UFVJM compatíveis com as atividades de sua profissão.

DESCRIÇÃO DAS TAREFAS A SEREM REALIZADAS PELO PREPOSTO (DEVERÁ SER INDICADO PELA EMPRESA CONTRATADA):

- 1 – Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;
- 2 – Acompanhar os trabalhos realizados pelos empregados da CONTRATADA;
- 3 – Promover o controle da assiduidade e pontualidade, bem como a utilização de uniformes e crachás pelos empregados da CONTRATADA;
- 4 – Cumprir e fazer cumprir, por parte dos empregados da CONTRATADA, todas as determinações, instruções e orientações emanadas pela UFVJM, salvo se manifestamente ilegais ou não previstas em contrato;
- 5 – Elaborar, acompanhar e controlar escalas de férias, evitando situações de prejuízo aos serviços contratados;
- 6 – Reportar-se ao responsável pela fiscalização do contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços;
- 7 – Relatar ao responsável pela fiscalização do contrato, pronta e imediatamente, toda e qualquer irregularidade observada;
- 8 – Realizar, além das atividades e tarefas que lhe forem atribuídas, quaisquer outras que julgar necessárias, pertinentes ou inerentes à boa prestação dos serviços contratados;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO
JEQUITINHONHA E MUCURI**

**Av. Manoel Bandeira, Veredas – Janaúba – MG
IENT – Instituto de Engenharia Ciência e Tecnologia
Campus Janaúba – MG**



- 9 – Administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados da CONTRATADA, respondendo, perante a UFVJM, por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles;
- 10 – Gestão da equipe de vigilância da UFVJM;
- 11 – Controle de frequência, atestados, horas extras;
- 12 – Controle de escala de trabalho;
- 13 – Reuniões, periódicas, para análise do desenvolvimento dos trabalhos e correção de falhas, com a equipe de funcionários;
- 14 – Controle de entrega de uniformes;
- 15 – Manutenção e limpeza das armas e das ferramentas de trabalho;
- 16 – E outros necessários ao bom andamento da ordem e segurança da UFVJM.

Janaúba, 08 de outubro de 2015.

Renata de Oliveira Gama
Diretora do IECT – Campus Janaúba



ANEXO III

RELAÇÃO EXEMPLIFICATIVA DE EQUIPAMENTOS, UNIFORMES E EPIs

UNIFORME – 01 CONJUNTO:

02 Calças e 01 Cinto de Nylon
02 Camisas de mangas curtas
01 Sapato tipo coturno
02 pares Meias
01 Quepe com emblema
01 Jaqueta de frio ou Japona
01 Capa de chuva com capuz
01 Crachá
01 Distintivo tipo Broche
01 Apito e Cordão de Apito

EQUIPAMENTOS:

Binóculo longo alcance
Revólver calibre 38
Munição calibre 38
Cinto com coldre e baleiro
Livro de Ocorrência
Cassetete tipo tonfa e Porta Cassetete
Lanterna 3 pilhas e Pilha para lanterna
Colete a prova de balas com capa individual

Janaúba, 08 de outubro de 2015.

Renata de Oliveira Gama
Diretora do IECT – Campus Janaúba



ANEXO IV
DISCRIMINAÇÃO DAS ÁREAS E TABELA DE LOCAIS

JANAÚBA:

Área Total: 0,814 hectares ou 8.140,00 m²

Av. Manoel Bandeira, 460 – Bairro Veredas – Janaúba-MG

Prédio do CAIC

Durante a vigência contratual poderá haver alteração do endereço do local de prestação de serviços dentro da mesma municipalidade, sem que isto implique em revisão de preços por parte da Contratada, salvo se a mudança resultar em alterações dos custos contratuais.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO
1	<p>1.1 – Campus Janaúba/MG – Avenida Manoel Bandeira, 460 – Bairro Veredas, Janaúba MG</p> <p>01 posto de vigilância armada 12 x 36 h – noturno</p> <p>a.1) 1 (um) posto de vigilância armada que adotará a seguinte escala de trabalho:</p> <p>– 12 horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turno de 12x36 horas, no horário de 18:00 às 06:00 horas</p> <p>A contratada deverá disponibilizar 01 (um) ponto de ronda eletrônico – modelo PGV 032-14 – PROXIGUARD – Sistema de monitoramento eletrônico de rondas em RFID – off line, Bateria de Lítio Mod. CR123 (duração média 1 ano), <u>similar ou superior</u>, em locais a serem definidos pela Contratante, de acordo com o estabelecido no item 05 do Termo de Referência.</p>

Janaúba, 08 de outubro de 2015.

Renata de Oliveira Gama
Diretora do IECT – Campus Janaúba



ANEXO V

INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

1 – DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA: A proposta deverá considerar a quantidade de postos de serviço exigida para cada serviço licitado, considerando-se que em todos os casos a unidade POSTO DE SERVIÇO equivale à vaga ocupada por DOIS PROFISSIONAIS envolvido na execução do serviço. A disponibilização da mão de obra deverá respeitar todas as obrigações trabalhistas e encargos sociais legalmente devidos, além das obrigações e benefícios estabelecidos nos instrumentos coletivos de trabalho que obrigam a contratada.

2 – JORNADA DE TRABALHO: As jornadas de trabalho exigidas estão informadas na descrição de cada serviço no Item 01 deste Termo de Referência.

3 – INTERVALO INTRAJORNADA: Para os empregados que trabalham nas jornadas de 12x36 e de 8:00 horas diárias, é obrigatória a concessão de intervalo para repouso/alimentação, o qual corresponderá a 1 (uma) hora. Na hipótese de não concessão deste intervalo, o empregador obriga-se a remunerar o período correspondente com acréscimo de 60% sobre o valor da hora normal de trabalho, conforme disposto no art. 71, § 4º, da CLT.

4 – ADICIONAL DE PERICULOSIDADE: Os licitantes deverão considerar o adicional em suas planilhas, nos percentuais indicados nas Planilhas de Custos e Formação de Preços, calculados sobre o salário básico do funcionário.

5 – FERIADO TRABALHADO – SÚMULA 444 DO STS: Fica assegurada a remuneração em dobro dos feriados trabalhados na jornada 12x36. O licitante deverá considerar os feriados nacionais e municipais.

6 – ADICIONAL NOTURNO: Os empregados que prestarem serviço entre 22h00min e 05h00min fará jus ao adicional noturno de 40% (quarenta por cento) sobre o valor do salário hora normal. Em razão das peculiaridades do serviço, a hora noturna é fixada em 60 (sessenta) minutos. Na hipótese de parte da jornada do vigilante se incluir no horário noturno e outra parte se concretizar antes ou depois dele, em horário diurno, o mesmo somente terá direito ao recebimento do adicional noturno por àquelas horas efetivamente situadas dentro do limite fixado por lei, ou seja, entre 22h00min e 05h00min.

7 – LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: Todos os serviços serão executados nas dependências da UFVJM – Campus Janaúba, sito Rua Manoel Bandeira nº 460, Bairro Veredas, CEP 39.440-000 – Janaúba/MG.

8 – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: Consideram-se inclusos no preço proposto todos os custos inerentes à execução do serviço, tais como custo da mão de obra, lucros, impostos, despesas diretas e indiretas, administração e supervisão dos serviços, uniformes, equipamentos de proteção individual, seguros e quaisquer outras.

Janaúba, 08 de outubro de 2015.

Renata de Oliveira Gama

Diretora do IECT – Campus Janaúba

ANEXO VI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO
JEQUITINHONHA E MUCURI

Av. Manoel Bandeira, Veredas – Janaúba – MG
IECT – Instituto de Engenharia Ciência e Tecnologia
Campus Janaúba – MG



**PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE
VIGILÂNCIA**

DEVERÁ SER PREENCHIDA UMA PLANILHA PARA CADA CARGO

Nº Processo	
Licitação Nº	

Dia ____/____/____ às ____:____ horas

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)

Nota (1) - Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive adaptar rubricas e suas respectivas provisões e ou estimativas, desde que devidamente justificado.

Nota (2)- As provisões constantes desta planilha poderão não ser necessárias em determinados serviços que não necessitem da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO
JEQUITINHONHA E MUCURI

Av. Manoel Bandeira, Veredas – Janaúba – MG
IECT – Instituto de Engenharia Ciência e Tecnologia
Campus Janaúba – MG



Anexo VI - Mão de obra

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição dos custos referente à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	
2	Salário Normativo da Categoria Profissional	
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

Nota: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	
B	Adicional de periculosidade	
C	Adicional de insalubridade	
D	Adicional noturno	
E	Hora noturna adicional	
F	Adicional de Hora Extra	
G	Intervalo Intra jornada*	
H	Outros (especificar)	
	Total de Remuneração	

* No caso desta contratação a empresa deverá remunerar a intrajornada a seus funcionários, conforme parágrafo oitavo, cláusula trigésima segunda da CCT, uma vez que, devido a distância do posto de trabalho, a concessão do intervalo para repouso/alimentação torna-se impossível dentro do prazo estabelecido em convenção.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO
JEQUITINHONHA E MUCURI

Av. Manoel Bandeira, Veredas – Janaúba – MG
IECT – Instituto de Engenharia Ciência e Tecnologia
Campus Janaúba – MG



MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

2	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte**	
B	Auxílio-alimentação (Vales, cesta básica, etc.)	
C	Assistência médica e familiar	
D	Auxílio-creche	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	
F	Outros (especificar)	
	Total de Benefícios mensais e diários	

Nota: o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

**** No caso desta contratação a empresa deverá cotar o custo do Vale-transporte do Município.**

MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS

3	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniforme	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
	Total de Insumos diversos	

Nota: Valores mensais por empregado.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO
JEQUITINHONHA E MUCURI

Av. Manoel Bandeira, Veredas – Janaúba – MG
IECT – Instituto de Engenharia Ciência e Tecnologia
Campus Janaúba – MG



MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS outras contribuições:

4.1	Encargos previdenciários e FGTS e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS		
B	SESI ou SESC		
C	SENAI ou SENAC		
D	INCRA		
E	Salário Educação		
F	FGTS		
G	Seguro Acidente do Trabalho		
H	SEBRAE		
TOTAL			

Nota (1) – Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota (2) – Percentuais incidentes sobre a remuneração.

Submódulo 4.2– 13º (décimo terceiro) Salário

4.2	13º (décimo terceiro) Salário	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	
Subtotal		
B	Incidência dos encargos previstos no Submódulo 4.1 sobre 13º (décimo terceiro) Salário	
TOTAL		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO
JEQUITINHONHA E MUCURI

Av. Manoel Bandeira, Veredas – Janaúba – MG
IECT – Instituto de Engenharia Ciência e Tecnologia
Campus Janaúba – MG



Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade

4.3	Afastamento Maternidade	Valor (R\$)
A	Afastamento Maternidade	
B	Incidência dos encargos do Submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade	
TOTAL		

Submódulo 4.4 – Provisão para Rescisão

4.4	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	
C	Multa do FGTS e contribuições sociais do aviso prévio indenizado	
D	Aviso prévio trabalhado	
E	Incidência dos encargos do Submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	
F	Multa do FGTS e contribuições sociais do aviso prévio trabalhado	
TOTAL		

Submódulo 4.5 – Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
A	Férias e terço constitucional de férias	
B	Ausência por doença	
C	Licença paternidade	
D	Ausências legais	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO
JEQUITINHONHA E MUCURI

Av. Manoel Bandeira, Veredas – Janaúba – MG
IECT – Instituto de Engenharia Ciência e Tecnologia
Campus Janaúba – MG



E	Ausência por Acidente de trabalho	
F	Outros (especificar)	
Subtotal		
G	Incidência dos encargos do Submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição do profissional ausente	
TOTAL		

Quadro – resumo – Módulo 4 – Encargos sociais e trabalhistas

4	Modulo 4 – Encargos sociais e trabalhistas	Valor (R\$)
4.1	Encargos previdenciários e FGTS e outras contribuições	
4.2	13º (décimo-terceiro) Salário	
4.3	Afastamento maternidade	
4.4	Custo de rescisão	
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	
4.6	Outros (especificar)	
TOTAL		

MÓDULO 5: Custos Indiretos, tributos e lucro

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
	C.1 – Tributos Federais (especificar)		
	C.2 – Tributos Estaduais (especificar)		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO
JEQUITINHONHA E MUCURI

Av. Manoel Bandeira, Veredas – Janaúba – MG
IECT – Instituto de Engenharia Ciência e Tecnologia
Campus Janaúba – MG



	C.3 – Tributos Municipais (especificar)		
TOTAL			

Nota (1): Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

Quadro-resumo do Custo por Empregado

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários	
C	Módulo 3 – Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)	
D	Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas	
Subtotal (A + B + C + D)		
E	Módulo 5 – Custos indiretos, tributos e lucro	
Valor total por empregado		

(Retificado em 9 de janeiro de 2014 – publicado no DOU nº 6, Seção 1, pg. 58/59).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO
JEQUITINHONHA E MUCURI

Av. Manoel Bandeira, Veredas – Janaúba – MG
IECT – Instituto de Engenharia Ciência e Tecnologia
Campus Janaúba – MG



Anexo IV-C – Quadro-resumo – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de serviço (A)		Valor proposto por empregado (B)	Qtde de emprega dos por posto (C)	Valor proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde de posto s (E)	Valor total serviço (F) = (D x E)
I	Serviço 1 (indicar)	R\$		R\$		R\$
II	Serviço 2 (indicar)	R\$		R\$		R\$
...	Serviço ...(indicar)	R\$		R\$		R\$
VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS (I + II + III +...)						

Anexo IV-D – Quadro - demonstrativo – VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

	Valor Global da Proposta	
	Descrição	Valor (R\$)
A	Valor proposto por unidade de medida*	
B	Valor mensal do serviço	
C	Valor global da proposta (valor mensal do serviço multiplicado pelo número de meses do contrato).	

Nota (1): Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço.

(retificado em 9 de janeiro de 2014 – publicado no DOU nº 6, Seção 1, pg.58/59).



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO
JEQUITINHONHA E MUCURI**

**Av. Manoel Bandeira, Veredas – Janaúba – MG
IECT – Instituto de Engenharia Ciência e Tecnologia
Campus Janaúba – MG**



**Anexo IV-E – Complemento dos Serviços de Vigilância
VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS**

	ESCALA DE TRABALHO	PREÇO MENSAL DO POSTO	Nº DE POSTO S	SUBTOTAL (R\$)
I.	44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira envolvendo 1 (um) vigilante.			
II.	12 horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.			
III.	12 horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.			
IV.	12 horas diurnas, de segunda-feira a sexta-feira, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.			
V.	12 horas noturnas, de segunda-feira a sexta-feira, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.			
	Outras – (especificar)			
TOTAL				

Nota: Nos casos de inclusão de outros tipos de postos, deve ser observado o disposto no § 2º do art. 50 da Instrução Normativa nº 02 de 30 de abril de 2008.

(retificado em 9 de janeiro de 2014 – publicado no DOU nº 6, Seção 1, pg.58/59).



ANEXO VII

CONTA GARANTIA

QUADRO 1 – RESERVA MENSAL PARA O PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS – PERCENTUAL INCIDENTE SOBRE A REMUNERAÇÃO

Item	Percentual (%)		
13º (décimo Terceiro) Salário	8,33%		
*Férias e 1/3 (um terço) constitucional	11,90%		
Multa sobre o FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado	5,00%		
Subtotal	25,23%		
Incidência do Submódulo 4.1 sobre férias, um terço constitucional de férias e 13º (décimo terceiro)	7,31%	7,52%	7,73%
Total	32,54%	32,75%	32,96%

*Cabe ressaltar que a Instrução Normativa SLTI/MP nº 2/2008 considera para a memória de cálculo de férias e um terço constitucional o prazo de 60 (sessenta) meses para contratação de serviços. *Para o termo de referência é considerado o prazo de 12 (doze) meses, sendo assim os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo para os encargos sociais seguem o mesmo critério.

* Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no art. 22, inciso II, da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.

Memória de cálculo – 13º (décimo terceiro) salário

A Fórmula a seguir apresenta a memória de cálculo do percentual a ser contingenciado = 8,33%

MEMÓRIA DE CÁLCULO Equivale a 1/12 da remuneração. $[(1 / 12) \times 100] = [0,0833 \times 100] = 8,33\%$

MEMÓRIA DE CÁLCULO - FÉRIAS E ABONO DE FÉRIAS - montante de **11,90% (onze vírgula, noventa percentuais)**.

Abono de Férias – Estudos do CNJ – Resolução nº 98/2009



Abono de Férias - A Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso XVII, prevê que as férias sejam pagas com adicional de, pelo menos, 1/3 (um terço) da remuneração do mês. Assim, a provisão para atender as despesas relativas ao abono de férias corresponde a: $(1/3) \times (1/12) \times 100 = 2,78\%$.

“Férias – Afastamento de 30 dias, sem prejuízo da remuneração, após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho. O pagamento ocorre conforme preceitua o artigo 129 e o inciso I, artigo 130, do Decreto-Lei nº 5.452/43 - CLT. Desse modo a provisão mensal pode ser obtida pelo cálculo: $(1/12) \times 100 = 8,33\%$.” – (vide Anexo I – Resolução nº 98/CNJ)

Férias + Abono de Férias = $2,78\% + 8,33\% = 11,11\%$ - Considerando a proporção de 1/11 ao invés de 1/12 temos o percentual de 9,09%. **Férias + Abono de Férias** = $2,78\% + 9,09\% = 11,87\% = 11,90\%$.

Memória de Cálculo – Multa sobre FGTS Multa FGTS - Rescisão sem Justa Causa

- A Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, determina multa de 50% (40% + 10%), da soma dos depósitos do FGTS, no caso de rescisão sem justa causa. Considerando que 10% dos empregados pedem contas, essa penalidade recai sobre os 90% remanescentes. Considerando o pagamento da multa para os valores depositados relativos a salários, férias e 13º salário o cálculo dessa provisão corresponde a:

$0,08 \times 0,5 \times 0,9 \times (1 + 1/12 + 1/12 + 1/3 \times 1/12) = 4,30\%$

Memória de cálculo $8\% \times 50\% \times 90\% (1 + 1/12 + 1/12 + 1/3 \times 1/12) = 4,30\%$

$0,04 (1 + 0,08 + 0,08 + 0,03) = 0,04 \times 1,19 = 0,047 = 0,05 = 5\%$

SUBMÓDULO 4.1 – ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS, FGTS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES

4.1	Encargos previdenciários e FGTS	Percentual % (*)	Percentual % (*)	Percentual % (*)
A	INSS	20,00%	20,00%	20,00%
B	SESI ou SESC	1,50%	1,50%	1,50%
C	SENAI ou SENAC	1,00%	1,00%	1,00%
D	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%
E	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%
F	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%
G	Seguro acidente do trabalho	1,00%,	2,00%	3,00%
H	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%
TOTAL		34,80%,	35,80%	36,80%



***(Percentuais definidos em Lei.)**

Observe que o Seguro de Acidente de Trabalho – SAT corresponde aos percentuais 1%, 2% ou 3% dependendo do grau de risco de acidente do trabalho, prevista no art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212/91. Lembrando, contudo, que os percentuais estabelecidos para o SAT podem variar de 0,50% a 6,00% em função do FAP – Fator de Acidente Previdenciário. (Decreto nº 6.957/2009. Resolução MPS/CNPS Nº 1.316, de 31 de maio 2010 – DOU de 14/06/2010).

Impacto sobre Férias e 13º Salário Consiste na incidência dos encargos previdenciários (submódulo 4.1 – antigo Grupo “A”) sobre as Férias e 13º Salário de acordo com grau de risco do Seguro de Acidente de Trabalho (SAT).

Memória de Cálculo conforme percentual do SAT

a) Para o SAT de 1% = 7,31%

Férias e Adicional de Férias + 13º Salário = 11,90% + 9,09 % = 21,00% Obs. Foi considerado o percentual de 9,09% para o 13º Salário (1/11) Submódulo 4.1 (Grupo “A”) sobre Férias/Adicional de Férias e 13º Salário: 34,80% sobre 21,00 % Memória de cálculo: $34,80\% \times 21,00\% = 0,3480 \times 0,2100 = 0,0731 = 7,31\%$.

Foi considerado o percentual de 7,31%

b) Para o SAT de 2% = 7,52%

Submódulo 4.1 (Grupo “A”) sobre Férias/Adicional de Férias e 13º Salário: 35,80% sobre 21,00 % Memória de cálculo: $35,80\% \times 21,00\% = 0,3580 \times 0,2100 = 0,0752 = 7,52\%$

Foi arredondado para o percentual de 7,52%

c) Para o SAT de 3% = 7,73 %

Submódulo 4.1 (Grupo “A”) sobre Férias/Adicional de férias e 13º Salário: 36,80% sobre 21,19 % Memória de cálculo: $36,80\% \times 21,00\% = 0,3680 \times 0,2100 = 0,0773 = 7,73\%$

Foi considerado o percentual de 7,73%

d) Percentuais totais máximos incidentes sobre a remuneração a serem contingenciados:
Percentuais Máximos Grau de Risco (%) Conforme o grau de risco 1% 2% 3% TOTAL
32,54% 32,75% 32,96%.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO
JEQUITINHONHA E MUCURI**

**Av. Manoel Bandeira, Veredas – Janaúba – MG
IENT – Instituto de Engenharia Ciência e Tecnologia
Campus Janaúba – MG**



Percentuais Máximos	Grau de Risco (%)		
	1%	2%	3%
Conforme o grau de risco			
TOTAL	32,54	32,75	32,96